

CARNEIRO, Edison. *A sabedoria popular*, São Paulo, Martins Fontes, 2008, 180 pp.

Lilia Katri Moritz Schwarcz
Professora do Departamento de Antropologia da USP

“Não temos pesquisadores do negro. Não nos aproximamos, sequer, das margens do grande rio de alegria e beleza que o escravo, com suor e sangue, fez surgir no cenário de seus sofrimentos. Mas o rio corre – e um dia se misturará definitivamente a todas as águas que formam a nacionalidade brasileira. Se não o explorarmos, se não utilizarmos a sua energia, se não navegarmos em todo o seu curso, tanto pior para nós.” É dessa maneira que, em 1957, no livro *A sabedoria popular* – que acaba de ser reeditado –, o historiador, etnólogo e folclorista Edison Carneiro definia a situação da “cultura negra no Brasil”. Autor de obras conhecidas como *Candomblés da Bahia*, *O quilombo de Palmares* e *Dinâmica do folclore*, Carneiro, baiano de nascimento e alma, foi membro da “Academia dos rebeldes”, que congregou nomes como Jorge Amado e Aydano Couto Ferraz, os quais defendiam a cultura local e em particular os cultos de candomblé, que eram nesse momento considerados práticas criminosas. Edison Carneiro era também comunista de carteirinha e advogou a introdução de práticas socialistas num Brasil dado a paternalismos de toda ordem.

Talvez por conta disso o folclore de Edison Carneiro seja fórmula dura de desvendar. Diferente do modelo europeu, que surge na era moderna e se dedica a conservar expressões culturais antigas e partilhadas por gente comum, nosso estudioso procurou combinar manifesta-

ções culturais com práticas socialistas. Mutirões seriam exemplos de folclore, uma vez que congregavam a população pobre, agora “operária”, e o mesmo pode ser dito dos sambas e capoeiras, entendidos como manifestações da classe trabalhadora.

Aí estava uma plástica cirúrgica de difícil realização, não fosse o uso de conceitos comuns ao movimento folclórico internacional. Coerente com as versões européias, Edison Carneiro também procurava nessas atividades “resquícios” do passado, superstições vulgares ou mesmo antiguidades populares. Se o debate era antigo, tomara forma mais definida em 22 de agosto de 1846, com a publicação de uma carta no *The Athenaeum* de Londres, que trazia o artigo de um assinante que usava o pseudônimo William John Thoms. Foi ele quem propôs o termo que se revelaria definitivo: resultado da união de duas palavras saxônicas – *folk* (gente, pessoas comuns) e *lore* (saber) –, o nome entrava no lugar de expressões como “costumes populares” ou então “literatura popular”. O conceito pressupunha, ainda, a existência de um saber popular, revelado nas maneiras, baladas ou provérbios do povo e consagrado pelo uso na história.

O termo folclore se converteria, assim, em prática social, e guardaria um certo saudosismo, por servir principalmente àqueles que julgam que é preciso coletar antes que tudo desapareça. O suposto era que o saber “popular” estaria em vias de desaparecer diante do progresso acelerado e era melhor compilar, classificar e “resgatar” esse tipo de cultura antes que ela deixasse, definitivamente, de existir. O movimento ganharia força com o tempo, e já em 1878 era fundada na Inglaterra a *Folklore Society*, que fazia do estudo das tradições populares uma área de pesquisa. Esses novos intelectuais dedicavam-se agora ao estudo da música, da poesia, da literatura, da religião e das festas populares. A novidade implicava em atentar para as potencialidades do pensamento do povo. Interessante é que o camponês é que surgia como representante dessa “cultura au-

têntica”, ao passo que “a civilização”, representada pela corte francesa, passava a significar tudo o que havia de mais elitista e frívolo. De um lado a cultura *folk*, que sofria com a ameaça de desaparecimento; de outro a industrialização e a sociedade moderna e superficial, que se espalhava e disseminava a mesmice. O folclore carregava, pois, já em sua versão original, uma determinada urgência: a urgência de classificar, de recuperar e de exaltar.

A discussão aponta no Brasil já em finais da década de 1870, surgindo atrelada aos discursos de nacionalidade. Cada país inventa sua própria originalidade, e esse tipo de produção levou logo o nome de “estudos do folclore”. Pioneiro foi Silvio Romero, jurista da Escola de Recife, que passou a coletar lendas, músicas e poemas e com isso pretendeu chegar à “verdadeira” cultura local. No entanto, em terras tropicais a discussão chegava manca, uma vez que era complicado encontrar a mesma idealização no trabalho manual. Se na Europa o camponês havia sido elevado à condição de representante da nacionalidade de países como Alemanha ou Itália, no Brasil o trabalho seria associado ao braço escravo, dificilmente valorizado e na maioria das vezes obliterado da representação oficial.

Demoraria muito para que a mestiçagem virasse “nacional” e entrasse nos estudos de folcloristas, e o movimento modernista de São Paulo seria fundamental no sentido de dar legitimidade “às coisas de nosso povo”. Foi no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo que Mário de Andrade criou um curso de formação de folcloristas, o qual, ministrado por Dina Lévi-Strauss, tinha como objetivo orientar o trabalho de campo e a coleta de documentos. Uniam-se, pois, etnografia e folclore nesse processo que visava dar estatuto de ciência ao que era apenas uma forma de pesquisar a realidade.

Um dos momentos fundamentais dessa batalha seria a criação, em 1936, da Sociedade de Etnografia e Folclore, que editou, pela primeira

vez no país, um guia classificatório do folclore e ainda ajudou na criação de museus nessa área. Data de 1947 a fundação da Comissão Nacional do Folclore, sendo que no ano seguinte ocorria no Rio de Janeiro a Primeira Semana do Folclore, sob a liderança de Artur Ramos. Em 1949 aconteceria o segundo encontro, realizado dessa vez em São Paulo. O movimento se alastrava e em 1951 acontecia no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Folclore, e logo em 1937 o Segundo Congresso Afro-Brasileiro.

O fato é que o livro de Edison Carneiro é de alguma maneira resultado dessa longa história. O folclore aparecia por aqui como sinônimo de tudo que era coletivo, tradicional, popular, espontâneo, autônomo e intocado pela urbanização crescente. É por conta disso que *A sabedoria popular* tem um tom de manifesto – e o tempo tende a tornar esse tipo de documento bastante datado – e defende o folclore como se fosse causa de vida ou morte.

É fácil notar como Edison Carneiro filia-se a todos os nomes acima citados, elabora uma agenda e uma cronologia do folclore nacional, e procura fazer de uma seleção pessoal uma sucessão “natural” de sucessos e realizações. Carneiro elenca uma série de manifestações populares – como os sambas, os folguedos, o bumba meu boi, os pássaros de Belém, a malhação do Judas, a capoeira e o batuque –, confere a elas uma certa perenidade, assim como alinhava datas com o objetivo de destacar a premência da elevação do folclore ao estatuto de ciência e a patrimônio imaterial da humanidade.

Hora de colocar tudo junto. Aí temos Edison Carneiro, um comunista assumido; *ogã* do terreiro tradicional da Casa Branca – o mais antigo terreiro de candomblé da cidade de Salvador –; e cultor do “campo folclórico” que no seu entender incluía não só trajes, comidas, habitação, artes domésticas, jogos, credences e representações, como sistemas de pensar e de sentir coletivos. Nas mãos desse pensador ativista esses

sistemas seriam, por definição, populares e distantes das classes dirigentes, e carregariam não só a “essência nacional”, como serviriam de “tribuna” ou “comício” para o povo. Popular era assim tudo o que “escapava ao erudito e ao oficial”, mas também – e após a “evolução social” – a expressão da “política do proletariado, herdeiro da cultura humana e do campo folclórico”. Estava dado o passe de mágica, e o folclorista Edison Carneiro fazia da cultura popular um símbolo da manifestação da classe operária; sua revolução.

Para tanto, Carneiro coleta, classifica e, apesar de falar em processo, cristaliza e sedimenta o que seria popular. Fora do tempo e do espaço a cultura assim reificada atravessaria o País de ponta a ponta, como um processo coletivo de criação imune a qualquer mudança histórica ou alteração mais contextual. Só dessa maneira o folclore poderia ser estudado, classificado e, sobretudo, “preservado”. E preservar implicava “proteger” e “intervir”. Por isso o incentivo à criação de Comissões – como a Comissão Nacional do Folclore –, que deveriam distinguir verdadeiras de falsas culturas; populares de eruditas. Por isso, também, Carneiro elege a cultura negra como a mais legítima e vincula a ela os exemplos mais populares. No entanto, é difícil imaginar que algumas culturas permaneçam mortas, estáticas, ou simplesmente continuem descansando. Dinâmicas por definição, as culturas estão sempre em transformação e são como os rios: não se pode mergulhar duas vezes no mesmo lugar, pois as coisas estão sempre mudando.

A voga folclórica sentiu profundamente a chegada dos anos 1960 e a institucionalização de outras escolas de pensamento, que junto com as universidades passaram a entender a cultura de forma mais dinâmica, sem a perspectiva de “resgate”. E o livro de Edison Carneiro também se ressentiria com a chegada dessas novas perspectivas. Não se resgata o que insiste em se alterar, assim como não se preserva, simplesmente.

O folclore é mesmo um grande inventário que não deixa esquecer. Vale a pena, porém, ter certa cautela diante de documentos como esses, que revelam lógicas de alguma maneira superadas. Se lembrar é um ato dos mais saudáveis, sobretudo em um país de memória curta, não é o caso de aprisionar culturas em nome de sua preservação. Edison Carneiro salvou-as de um determinado esquecimento, mas não pôde evitar que elas se alterassem e não se curvassem à lógica do tempo movediço. A história é mesmo um bardo malvado quando se trata de reter a mudança. Culturas são, por definição, avessas a definição.